

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.636 - PE (2019/0165059-9)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : J E C S DA S (MENOR)**  
**REPR. POR : M DA P C S**  
**ADVOGADO : LUÍS CARLOS SOARES MONTEIRO - PE034912**  
**AGRAVADO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE**  
**TRANSPORTES - DNIT**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por J. E. C. S. da S. contra decisão que inadmitiu recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base na alínea "a" do permissivo constitucional, em oposição a acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO E DO DNIT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TEORIA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 37, § 6º, DA CF/88. ANIMAL NA RODOVIA FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Trata-se apelações e remessa oficial interpostas contra sentença que julgou parcialmente procedente ação de indenização e reparação por danos morais e materiais, e pensão por morte, ajuizada em face do DNIT e da União, em razão do falecimento de sua mãe, decorrente de acidente de trânsito em rodovia federal ocorrido no dia , 15/06/2015 às 18h10min, em trecho da BR 232 no KM 160,5 no Município de Tacaimbó/PE provocada por um animal que atravessava livremente a pista, sob o argumento de que os demandados são responsáveis pela promoção da segurança do tráfego nas rodovias federais.

2. Condenação da União e do DNIT ao pagamento de 60 (sessenta) salários-mínimos para o autor a título de danos morais, e à implantação de uma pensão civil no valor de 1/2 (meio) salário mínimo em favor do autor de forma mensal, até que o mesmo complete 25 (vinte cinco) anos de idade, onde cada réu deverá efetuar a abertura de conta poupança em nome do autor, tendo como procuradora sua atual tutora.

3. Apelações da União e do DNIT alegando em síntese: ilegitimidade passiva; a responsabilidade presumida do proprietário ou detentor do animal; a inexistência de responsabilidade objetiva do estado por ato omissivo; ausência de nexo causal entre a alegada omissão da administração e o evento

# *Superior Tribunal de Justiça*

danoso; não cabimento da condenação em danos morais; e, em caso de manutenção da condenação, a minoração dos valores arbitrados.

4. Esta Quarta Turma tem firmado entendimento no sentido de que para se caracterizar a responsabilidade estatal por ato omissivo deve-se constatar a deficiência no funcionamento normal do serviço. No caso em tela, embora seja dever do Estado a fiscalização e vigilância das rodovias, não é razoável exigir que essa fiscalização estatal seja feita de forma igual e intensa ao longo de milhares de quilômetros de estradas.

5. Multiplicidade de precedentes desta Turma.

6. Reversão do ônus da sucumbência, suspendendo-se a sua execução pelo prazo de cinco anos, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

7. Apelações e remessa oficial, providas.

A parte agravante busca ver reconhecida violação dos arts. 80 da Lei Federal n. 10.233/2001; 1º, § 3º, 20, II, e 269 da Lei Federal n. 9.503/1997.

Decido.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial, para melhor análise da questão suscitada, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento do apelo nobre, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito, enviem-se os autos ao Ministério Público Federal para oferecimento de parecer.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator